



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**OS EXCLUÍDOS DO PLANEJAMENTO URBANO DE MARINGÁ-PR-BRASIL: UMA
ANÁLISE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Ana Lúcia Rodrigues, alrodrigues1962@gmail.com;

Universidade Estadual de Maringá/PR, Brasil

Priscila de Almeida Souza, priscilaalmeida123@hotmail.com;

Universidade Estadual de Maringá/PR, Brasil

Pollyana Larissa Machiavelli, pollyana.machiavelli@gmail.com;

Universidade Estadual de Maringá/PR, Brasil

Caroline Pagamunici, carolpagamunici@hotmail.com;

Universidade Estadual de Maringá/PR, Brasil



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MARCO TEÓRICO.....	6
3. METODOLOGIA.....	8
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	9
4.1 – Quadro Comparativo entre a população em situação de Rua em Maringá nos anos de 2015 e 2016.....	12
5. CONCLUSÃO.....	14
6. BIBLIOGRAFIA.....	15



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A cidade de Maringá foi planejada desde sua origem para os negócios e, com isso, elementos “indesejados” que a compõem não são vistos, é o caso da população em situação de rua. Pesquisa recente realizada pelo Observatório das Metrópoles (UEM/Maringá) constatou que inúmeros são os fatores que levam um indivíduo a viver nesta condição: dependência química; desentendimentos com a família; transtornos mentais estão entre os mais citados. Os resultados apontam a urgente necessidade de que o tema esteja no planejamento das cidades e na agenda pública e, por isso, um dos objetivos deste trabalho busca dar visibilidade a esta população. Nesse sentido, as reflexões evidenciaram uma histórica incompatibilidade entre o planejamento municipal e regional e essas pessoas, pois a população em situação de rua explicita as desigualdades sociais, o que contraria a imagem e, portanto, as exigências do mercado para a mercantilização da cidade. A metodologia utilizada baseou-se em estudo dos referenciais teóricos e na análise quali e quantitativa dos dados obtidos através da referida pesquisa empírica (Observatório das Metrópoles, núcleo UEM-Maringá, 2015, 2016 e 2017). Os resultados mostram as contradições do planejamento urbano da cidade que não inclui essa população, pois é composta de moradores solváveis, os únicos que interessam ao modelo de cidade comercial e imobiliária, planejada para os interesses do mercado. Essas conclusões resultam das análises dos dados da pesquisa empírica, dos valores orçamentários destinados aos serviços para atendimento dessa população, dos baixos montantes investidos nos serviços frente à demanda identificada na cidade, restando a estas pessoas que se encontram “vivendo” na rua, a vulnerabilidade, inclusive porque sequer se admite, no âmbito da gestão pública, que elas existem.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua; cidade; políticas públicas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The city of Maringá was planned from its origin for business and, therefore, "undeveloped" elements that compose it are not seen, is the case of the population in a street situation. A recent survey carried out by the Observatory of Metropolis (UEM/Maringá) found that there are innumerable factors that lead an individual to live in this condition: chemical dependence; disagreements with family; mental disorders, are among the most cited. The results point out the urgent need for the theme to be in the planning of the cities and in the public agenda and, therefore, one of the objectives of this work seeks to give visibility to this population. In this sense, the reflections showed a historical incompatibility between the municipal and regional planning and these people, since the population in the street situation explains the social inequalities that are contrary to the image and, therefore, the demands of the market for the commercialization of the city. The methodology used was based on the study of the theoretical references and on the qualitative and quantitative analysis of the data obtained through this empirical research (Observatório das Metrôpoles, core UEM-Maringá, 2015, 2016 e 2017). The results show the contradictions of the urban planning of the city that does not include this population, since it is not composed of solvable dwellers, the only ones that interest the commercial and real estate city model, designed for the interests of the market. These conclusions are based on the analysis of empirical research data, on the budget values for services provided to the population, on the low amounts invested in services in response to the identified demand in the city, leaving those people living on the street, the vulnerability, including because it is not even admitted, in the context of public management, that they exist.

Keywords: street people; City; public policy.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1. INTRODUÇÃO

A presença da população em situação de rua numa cidade como Maringá, caracterizada por altos indicadores econômicos e sociais, explicita uma profunda contradição que se busca encobrir na imagem de cidade planejada e bela, onde essas pessoas são invisibilizadas. A imagem da cidade não inclui esse grupo, tornando o invisível sendo, por isso, mantido em condições bastante vulneráveis.

Mesmo com a ampliação do conjunto de direitos e das políticas que incluem atendimento exclusivo a esse público no país, o problema persiste na maioria das grandes e médias cidades brasileiras. No contexto do Estado Democrático de Direito, inaugurado pela promulgação com a Constituição Federal em outubro de 1988, alguns programas vêm sendo estruturados ao longo dos últimos 10 anos para atender à demanda da população que se encontra em situação de rua, especialmente, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), estando dividida entre dois diferentes níveis de Proteção Social: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), de Média e Alta Complexidade. Neste nível de proteção, o município de Maringá possui em sua rede de serviços socioassistenciais, para atendimento à população de rua: i) Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP); ii) Serviço de Abordagem Social; iii) Portal da Inclusão; iv) Casa de Passagem e; v) Consultório na Rua¹. Conta ainda com cerca de 20 entidades privadas vinculadas a igrejas católicas e evangélicas.

Considerando a falta de informações para a construção de políticas municipais para essa população, o Observatório das Metrópoles da UEM² em parceria com Ministério Público do Paraná e com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, iniciou um monitoramento que se realizará ao longo de 10 anos de pesquisa com a População em situação de Rua (POP Rua). Já foram

¹ O Consultório na Rua promove atendimento vinculado a atenção primária de saúde à população em situação de rua. O consultório móvel é parte das ações do CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas) da Secretaria de Saúde de Maringá, com funcionamento das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, foi instituído no ano de 2010 e esta em funcionamento até esta data. <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=aa5220620655aa&id=30040>

² O Observatório da Metrópoles - Núcleo da Universidade Estadual de Maringá, foi criado no ano de 2002, a institucionalização local do Observatório de Políticas Públicas da RMM deu-se pela vinculação ao Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Maringá que firmou um acordo, através da assinatura do Protocolo de Cooperação Técnico-Científica, com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participam ainda do grupo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Maringá e a União de Faculdades Metropolitanas de Maringá. Sob a coordenação da professora Dra. Ana Lúcia Rodrigues – Departamento de Ciências Sociais (DCS)/UEM o Observatório Maringá é composto por 14 pesquisadores, mais seus respectivos orientandos. Informações do sítio http://observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=194#



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

realizadas as três primeiras fases da pesquisa em 2015, 2016 e em 2017, para cumprir o objetivo geral de caracterizar e quantificar a população em situação de rua no município de Maringá, por meio dos seguintes objetivos específicos: identificar o número de pessoas em situação de rua de Maringá-PR; compreender as razões que levam tais pessoas para a situação de rua; conhecer as origens geográficas dessa população; conhecer as relações familiares população estudada com seus familiares; levantar as formas de geração de renda e trabalho do grupo em foco; conhecer os meios que se valem para higiene corporal, alimentação e cuidado da saúde; mapear as instituições pelas tais sujeitos já passaram; levantar percepções dos pesquisados a respeito da visão que o restante da população elabora sobre eles; mapear possibilidades de permanência e saída das ruas dessa população segundo sua própria percepção; subsidiar a implementação e/ou redimensionamento de políticas para esse segmento populacional. Os resultados ora apresentados são relativos aos dois primeiros anos da investigação.

2. MARCO TEÓRICO

Um conhecimento mais amplo sobre a temática requer compreender, também, como esse fenômeno se produz em diferentes localidades, a fim de que, por meio da multiplicação dos casos empíricos, se possa desvendar as dimensões, as semelhanças e as especificidades das manifestações desse fenômeno. Alguns autores como De Lucca (2007) e Barros (2004) abordam o processo de construção da categoria “população em situação de rua” tomando como referência analítica o município de São Paulo. Segundo estes autores, até o início dos anos 1980, a existência de moradores de rua não era tomada como uma questão política e tão somente administrada sob a ótica da caridade e do assistencialismo, sendo que tais sujeitos eram nomeados genericamente como mendigos. A partir da década de 1980, contudo, esse fenômeno passa a sofrer um deslocamento discursivo quando novos agentes imbuídos de uma nova forma de pensar a presença de pessoas vivendo nas ruas passam a atuar nessa área. Segundo De Lucca, a categoria população de rua “[...] é uma invenção social recente e bem datada em nosso país” (2007, p.18). O que era chamado de mendigo até os anos 1980 passa a sofrer numerosas transformações que vieram a culminar numa



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

maior politização desses sujeitos e atualmente tem-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que estabelece os direitos deste grupo populacional e o *modus operandi*. A invisibilidade dessas pessoas em Maringá se dá, pois, o a cidade se estruturou historicamente numa imagem com especificidades que têm sido destacadas pela literatura urbana e pela própria mídia. Como demonstra Rodrigues (2004), Maringá é uma cidade planejada nos anos 1940 e implantada no âmbito de um grande empreendimento imobiliário composto pelo maior loteamento privado do planeta, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que colonizou 515 mil alqueires. Ao longo de toda a sua existência, segundo a autora, Maringá prezou pela sustentação de um padrão urbanístico e econômico para elites econômicas, excluindo do seu território moradores não solváveis, levando ao fenômeno que Rodrigues (2004) apresenta como “a pobreza mora ao lado”. Todavia, embora seja possível supor que exista um grande esforço político de conter a aparição de moradores de rua, é visível em Maringá um número significativo de pessoas morando nas ruas e praças, principalmente na região central. Pouco se sabe efetivamente sobre essa gente, quem é, de onde veio, quais suas condições de existência, como sobrevive e quais seus projetos e modos de vida. Não são desejados, mas estão presentes nas áreas urbanas brasileiras, como resultado da estrutura desigual de uma sociedade, resultante, de um lado, da reprodução do habitat precário na cidade brasileira e, de outro, da reprodução da desigualdade social em termos de oportunidades (RIBEIRO & KOSLINSK, 2010). A segregação dos moradores em bairros periféricos, em favelas, em territórios de baixa qualidade urbana gera uma população submetida a múltiplos processos de fragilização de suas ligações com o restante da sociedade, pois se encontra submetida a inúmeras situações de risco e a enormes distâncias físico-territoriais, mas, principalmente sociais, vivenciando um acúmulo de vulnerabilidades. Mas, de fato, a população em situação de rua é quem acumula o maior conjunto de vulnerabilidades sociais, levando um entrevistado a afirmar: “Pior que a situação de rua só a morte”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

3. METODOLOGIA

A metodologia se compõe de uma pesquisa censitária, com aplicação de questionário composto por questões fechadas e algumas abertas que, segundo Triviños, (1987), é um método de coleta de dados que permite a liberdade de fornecimento de informações por parte dos entrevistados, nas duas primeiras fases da pesquisa, em 2015 e 2016. O questionário foi elaborado coletivamente, com a participação de diferentes profissionais que em alguma medida apresentam relação e interesse com o grupo pesquisado, tais como assistentes sociais, psicólogos, servidores públicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC), lideranças da sociedade civil, articulação com as entidades que trabalham com essa população e os próprios sujeitos em situação de rua, dentre outros. Vale destacar que, em se tratando de uma população não domiciliada, alguns procedimentos distintos das pesquisas tradicionais precisam ser tomados. Na esteira da pesquisa nacional sobre as pessoas em situação de rua e de diversas pesquisas municipais sobre a temática e levando em conta o conhecimento empírico com esses atores, a entrevista dos sujeitos que se encontram na rua é concentrada no período noturno, previamente organizada, privilegiando os horários de maior acessibilidade dos mesmos, quando, já estarão acomodados nos pontos de pernoite que foram mapeados previamente, com a localização, na base municipal, dos pontos de concentração dessa população a fim de atingir o maior número de pessoas entrevistadas. Outro momento de coleta é nas instituições em que esta população se abriga ou está internada para algum tipo de tratamento ou atendimento. Essa segunda fase se dá nos dias subsequentes à entrevista noturna nas ruas da cidade. Os indivíduos foram entrevistados de forma aleatória, sendo esclarecidos previamente sobre a pesquisa, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

4. ANÁLISE DOS DADOS

Para problematizar a questão da população em situação de rua e levantar indagações a respeito do tema é importante quantificar dados recentes a respeito dessa população no Brasil, para tanto foram utilizados dados da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e da política Nacional para a População em Situação de Rua (PSR, 2009), para compreender a importância da manutenção da problemática no planejamento a agenda pública. A PNAS (2004, p. 15), enquanto política de direito a todos aqueles que dela necessitarem, explicita que para seu adequado planejamento e execução é necessário “aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social”, buscando desta forma, uma “visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível”. Assim, para o adequado planejamento e execução de ações e políticas públicas para população de rua, é necessário primeiramente conhecer suas características na realidade brasileira. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008), realizada com 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, dentre 71 cidades brasileiras, identificou no período entre os anos de 2007 e 2008, 31.922 pessoas nesta situação.

A cidade de Maringá estava entre as cidades contempladas pela pesquisa com a aplicação do chamado “Censo das pessoas em situação de rua”. Os dados contabilizaram no período, 226 pessoas vivendo nas ruas da cidade, correspondendo a 0,069% da população Maringaense (BRASIL, 2008). Na mesma pesquisa, comparando esses dados com os levantados na cidade de Londrina, também na região norte do estado do Paraná, este índice proporcionalmente reduz, apontando 0,059% da população londrinense. Natt e Vissoci (2014), destacam na pesquisa que a população em situação de rua na cidade de Maringá é superior à média nacional de 0,061%:

Proporcionalmente, Maringá tem mais moradores de rua que a média das outras 70 cidades pesquisadas (BRASIL, 2008). Em Maringá foram pesquisados 226 moradores e constatou-se que em meio a riqueza, a organização estrutural e o planejamento, as pessoas em condição de rua passam despercebidas pela maioria da população maringaense. A política local parece esquecer que essas pessoas são frutos da organização da própria sociedade local. (NATT; VISSOCI, 2014, p. 8)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bahia (2010) destaca que as diversas causas que envolvem o fenômeno da situação de rua exigem a elaboração de políticas públicas intersetoriais. Diante da complexidade das questões sociais no cenário brasileiro, o mesmo exige que o Estado tenha principal responsabilidade na elaboração e ordenamento das políticas (Brasil, 2005), tendo na sociedade civil sua parceira na complementação dos serviços. Neste contexto, apesar de teoricamente apresentar-se o Estado enquanto principal condutor de políticas públicas, Dantas (2007) observa que esta relação ainda é estabelecida precariamente, de forma segmentada e setORIZADA, o que acentua a fragmentação das políticas e geralmente traduz sua inadequação e ineficiência.

A ineficiência e insuficiência de políticas públicas, especialmente voltadas à população em situação de rua, torna visível a ampliação de ONG's e instituições religiosas no trato da questão, como abrigos temporários e albergues, de caráter paliativo e cunho assistencialista.

Mesmo existindo uma sincera piedade, o aspecto pernicioso que atua subjacente a esta concepção é o de contribuir para a construção da identidade do indivíduo em situação de rua como alguém inferior e digno de pena por suas mazelas, além de ser uma crença que dificulta a criação de possibilidades para estes indivíduos conquistarem suas saídas das ruas. É uma visão que favorece ações meramente assistencialistas e paliativas, o que, provavelmente, tende a manter o problema. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 51).

A demanda da pessoa em situação de rua tem na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seu principal elaborador e executor de políticas. Com foco na Proteção Social, a Assistência Social é dividida em dois níveis: Proteção Básica e Especial, esta última, sendo subdividida em outros dois níveis: Especial de Média e Alta Complexidade. Em especial, falamos aqui do nível de Proteção Especial de Alta Complexidade, que de acordo com a citada pesquisa (2005) “... são aqueles que garantem proteção integral – moradia e alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (Brasil, 2005, p. 38).

No município de Maringá, de acordo com dados apresentados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) no ano de 2014, dentre os quatro serviços ofertados a essa população, dois são governamentais. Um dos serviços, o CENTRO POP, registrou no final do ano de 2014 a população flutuante³ em situação de rua de 180 a 200 pessoas. Os serviços prestados pelo dispositivo giram em

³ Em certas cidades, além da população residente, o número de pessoas que a utilizam temporariamente é, também, significativo e tem que ser considerado no cálculo para determinação das vazões. É o caso de cidades balneárias, estâncias climáticas, estâncias minerais, etc. Esta população é



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

torno de abordagem e atendimento especializado, além de requerimento de passagens de ônibus, cerca de 100 atendimentos por mês, e o encaminhamento para acolhimento ou tratamento para problemas relacionados ao uso prejudicial de substâncias psicoativas.

O segundo serviço governamental, Portal da Inclusão, oferta acolhimento temporário apenas para homens com idade acima de 18 anos, em situação de rua há pelo menos um mês. De acordo com esses dados apresentados, o serviço tem por prioridade de atendimento a população da própria cidade de Maringá, com capacidade de atendimento de até 10 pessoas, acompanhando no momento da divulgação dos dados 5 pessoas, dentre elas, 2 com emprego fixo. Outro serviço ofertado pelo em convênio com a União conhecido Albergue se trata da Casa de Passagem, que oferece de acordo com a SASC, atendimento emergencial e imediato, com capacidade de atendimento de aproximadamente 50 usuários mensalmente.

Quanto aos demais serviços não governamentais disponíveis no município, um dos que atendem mais pessoas é a Aliança de Misericórdia, que se localiza no distrito de Iguatemi, a 16 km do centro da cidade de Maringá.

Reafirmando que a pesquisa censitária realizada pelo Observatório sobre a População em Situação de Rua da cidade de Maringá- PR visa, especialmente, contribuir para a formulação de políticas públicas dirigidas para essa população, e busca identificar o sexo, a idade, o estado civil, a cor, a escolaridade, a religião, profissão, principais fontes geradoras de renda, renda média diária, benefício recebido, alimentação, situação, local onde costuma dormir, quais documentos possuem, razões para a situação de rua, região de onde saiu, as razões pelas quais saiu de sua região de origem, se tem ou não filho, a quem pertence a guarda dos mesmos, se tem algum problema de saúde, qual o tratamento e se tem acesso aos equipamentos de saúde pública e quais são esses equipamentos, se já sofreu algum tipo de violência e por quem, se consome ou já consumiu algum tipo de substância química/psicoativa, em quais instituições governamental ou não esteve, se tem vontade de sair dessa situação de estar na rua e se tem alguma motivação para sair dessa situação de

denominada de população flutuante. Da mesma maneira que é feito para a população fixa, também estudos deverão ser desenvolvidos para que a população flutuante seja determinada. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/Abastec5.htm>. Acesso em: Setembro/ 2015.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

rua. Os resultados de 2015 e 2016 já foram tabulados e fazem parte deste artigo mas, a pesquisa de 2017, ainda se encontra em realização, não tendo sido finalizada.

4.1 – Quadro Comparativo da População em Situação de Rua em Maringá no ano de 2015 e 2016:

A pesquisa foi realizada nos meses de novembro/dezembro, em 2015 e em 2016, sendo entrevistadas 165 e 117 pessoas, respectivamente. Os principais resultados estão apresentados na sequência e se referem às seguintes informações: sexo, idade, estado civil, cor, renda média diária, benefícios recebidos, razões para a situação de rua, se tem algum problema de saúde e se tem acesso aos equipamentos de saúde pública, se já sofreu algum tipo de violência e por quem, se consome ou já consumiu algum tipo de substância química/psicoativa, por qual razão esta nesta situação e finalmente, se tem vontade de sair dessa situação de estar na rua (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, Relatórios de Pesquisa sobre a População em Situação de Rua, 2015; 2016) .

QUADRO 1

CATEGORIA DE ANÁLISE	2015	2016
Quanto ao sexo:	12,1% são mulheres, 87,9% são homens	7,7% são mulheres, 92,3% são homens
Quanto à idade:	A maior parte dos entrevistados tem idade entre 26 e 34 anos, sendo a média de 38 anos .	A maior parte dos entrevistados tem idade entre 30 e 38 anos, sendo a média de 36 anos
Quanto ao estado Civil:	82,16% dos indivíduos encontram-se fora de uma relação ou união, ou seja, os solteiros, separados e viúvos representam a grande maioria dos entrevistados.	75,21% dos indivíduos encontram-se fora de uma relação ou união, ou seja, são solteiros, separados e viúvos, sendo a maioria dos entrevistados.
Quanto à cor:	56% se declaram de cor parda; 25% se declaram da cor branca; 13% se declaram da cor preta, 4% se declaram indígenas; 01 (um) entrevistado se declarou da cor amarela, representando menos de 1% do total.	48,24% se declaram da cor parda; 32,45% se declaram da cor branca; 14,91% se declaram da cor preta; 3,5% se declaram indígenas; 01 (um) entrevistado se declarou da cor amarela, representando



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

		menos de 1% do total.
Quanto à renda média diária:	Aproximadamente 50% dos entrevistados tem uma renda média diária de R\$ 50,00 ou mais.	Aproximadamente 50% dos entrevistados tem uma renda média diária de R\$ 50,00 ou mais.
Se recebe algum benefício:	Dos 25 entrevistados que recebem algum tipo de benefício, aproximadamente 52% dos entrevistados recebem o benefício Bolsa Família, já os benefícios da aposentadoria, auxílio doença, Benefício de Prestação continuada, somam 27%, os demais recebem outros tipos de auxílio.	Aproximadamente 22% dos entrevistados recebem o benefício Bolsa Família, já os benefícios da aposentadoria, auxílio doença e cartão alimentação somam aproximadamente 8% do total.
Quanto à problemas de Saúde:	43,4% afirmaram ter algum problema de saúde, enquanto 56,6% firmaram não ter.	43,9% afirmaram ter algum problema de saúde, enquanto 56,1% afirmaram não ter.
Quanto ao acesso aos equipamentos de saúde pública:	50% dos indivíduos em situação de rua, que precisam de tratamento de saúde costumam acessá-la diretamente com o médico;	que mais que 50% dos indivíduos em situação de rua, que precisam de tratamento de saúde costumam acessá-la diretamente com o médico.
Se já sofreu algum tipo de violência e por quem:	58,2% dos entrevistados já sofreram algum tipo de violência e destes, 38% afirmaram que ela foi executada por policiais militares, seguido de 27% que afirmaram tê-la sofrido por parte da guarda municipal. Ou seja, do total de respondentes que sofreram violência, mais da metade foram de agentes de segurança pública.	67,3% dos entrevistados já sofreram algum tipo de violência e destes, 32% armaram que ela foi executada por policiais militares, seguido de 26% que armaram tê-la sofrido por parte da guarda municipal. Ou seja, do total de respondentes que sofreram violência, mais da metade foram de agentes de segurança pública
Se consome ou já consumiu algum tipo de substância química /psicoativa:	75% dos entrevistados ingere bebidas alcoólicas e aproximadamente 60% fuma cigarros. As substâncias ilícitas que apareceram com mais frequência foram, maconha e crack.	75% dos entrevistados ingere bebidas alcoólicas e aproximadamente 60% fuma cigarros. As substâncias ilícitas que apareceram com mais frequência foram, maconha e crack.
Por qual razão esta nesta situação:	47% dos entrevistados afirmam que por dependência química, 35% por desentendimento familiar e, 18% por outras causas (desemprego, separação, perda da moradia, abandono na	45% dos entrevistados afirmam que por dependência química, 29% por desentendimento familiar e, 26% por outras causas (desemprego, separação, perda da moradia, abandono na



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

	infância etc...)	infância etc...)
Se tem vontade de sair dessa situação de estar na rua:	92,4% afirmam que tem vontade de sair da situação de rua.	93,3% dos entrevistados afirmaram que gostariam de sair da situação em que se encontram.

FONTE: Observatório das Metrôpoles-UEM/MARINGÁ, Relatórios de Pesquisa, 2015, 2016.

Os dados apresentados pelas pesquisas realizadas em 2015 e 2016 demonstram que entre um ano e outro a população em situação de sua rua, se manteve sem significativas alterações, inclusive quanto ao perfil dos entrevistados, nos quais os percentuais das categorias selecionadas se repetem ou ficam muito próximos no período, demonstrando que não houve ações para esta população em situação de rua, ou se houve, não foram suficientes para melhor ou mudar a situação dessas pessoas.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa levantou informações sobre a trajetória de vida e familiar da população em situação de rua em Maringá, assim como os meios que se vale para sobreviver na rua, questões do cotidiano dessa população, como meios de alimentação, sobrevivência, geração de renda, cuidados corporais, tratamento de saúde e discriminação. Também contemplou a possível experiência desses sujeitos com substâncias psicoativas e suas percepções sobre a vida nas ruas, causas de permanência e possibilidades de saída. O resultados evidenciam que a problemática é presente no município e que portanto cabe ao poder público articular políticas e ações por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC), lideranças da sociedade civil, articulação com as entidades que trabalham com essa população e os próprios sujeitos em situação de rua, dentre outros. Ou seja, que a questão merece a constituição de uma rede que possa responder ao conjunto de vulnerabilidades de toda ordem a esse público está submetido, inclusive porque na sua grande maioria nos dois momentos, essas pessoas declararam que desejam sair da situação em que se encontram.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Novembro de 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.aceso em: 13 set. 2017.

_____. Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: Setembro/2015.

_____. Sumário Executivo. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Abril. 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em: 13 set. 2017.

DANTAS, M. Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios. Março/2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2007.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua / Maringá - 2008. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Maringa_pesquisa_sobre_moradores_em_situacao_de_rua.pdf. Acesso em: Setembro/ 2015.

NATT, E. D. VISSOCI, J. R. N. Quando o invisível nos salta aos olhos: moradores de rua em uma cidade “orgulhosamente” sem favelas. In: II Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Uberlândia, 2014. Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM), Relatório final da Pesquisa com a População em situação de Rua, 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES – NÚCLEO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM), Relatório final da Pesquisa com a População em situação de Rua, 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Encontro dos Serviços de Atendimento à População de Rua reúne mais de 100 pessoas.. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sasc/?cod=noticias/24966>>. Acesso em: setembro/2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. Entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de informações in: Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997. p. 145 – 158.